



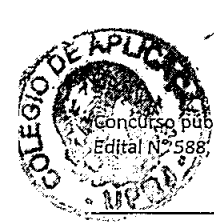
Questão 1

Para a construção deste planejamento, adota-se a concepção de língua proposta por Luiz Antônio Marcuschi, em *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Para o teórico, a língua é um fenômeno heterogêneo, variável, histórico e cultural, indeterminada sob o ponto de vista sintático e semântico e que se manifesta em situações de uso concretas. Nesse prisma, o plano a seguir entende as diferenças entre a oralidade e a escrita como características de um continuum de uso da língua portuguesa para o estabelecimento da comunicação.

Levando em consideração o currículo previsto para o 8º ano do Ensino Fundamental II, foi escolhido o tema "O uso das vozes ativas e passivas na construção de resenhas críticas". Para que seja possível o desenvolvimento dessa temática, prevê-se que os alunos dominem os conhecimentos relativos à sintaxe do período simples - como sujeito e predicado - e aos gêneros textuais reportagem jornalística e resumo. Além disso, pressupõe-se a recorrência de debates construídos em sala de aula relacionados aos temas transversais previstos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O tempo previsto é o de três aulas duplas e, por isso, o planejamento foi dividido em 3 etapas. Devido a essa intenção, a metodologia não será única, de modo que serão adotadas, primeiramente, a expositiva-dialogada e, posteriormente, a produção independente e em grupo. Além disso, as aulas exigirão como recursos didáticos a televisão/datashow, o material impresso e o quadro ~~br~~ branco ou de giz. Por fim, será fundamental a coparticipação com o Laboratório de Informática e o corpo docente envolvido com mídias digitais.

Na primeira etapa, será exposto aos alunos o filme "Histórias cruzadas", disponível em diversas plataformas como



a Netflix. Embora o filme ocupe um tempo duplo de aula, a sua contribuição não se limita ao enredo e estende-se à forma. Discutindo o racismo em um contexto histórico específico, o filme permite pensar as vozes narrativas e o exercício de transição entre a oralidade e a escrita, visto que as histórias contadas oralmente ganham formato escrito do livro no desfecho do filme.

Na segunda etapa, o professor, por meio de uma dinâmica que coloca os alunos em movimento, dará início ao debate, que pode se estender até o final da aula, tomando o total de um tempo duplo. A dinâmica, que consiste em alinhar os alunos e movimentá-los para frente em virtude de ações e pensamentos preconceituosos banalizados cotidianamente, busca discutir privilégios. Oralmente, será aberto um espaço de debate. Nesse momento, os licenciandos da turma farão breve coparticipação, sem retirar dos alunos a prioridade de fala.

Na terceira etapa, o professor trará para a sala de aula dois textos escritos: uma resenha sobre o filme, retirada do site Adoro Cinema, e uma reportagem jornalística a respeito de um fato específico - a restrição do uso do banheiro feminino a babás no Country Club, em Spanema -, que era retirada do jornal O Dia. Os textos serão analisados a partir das aproximações e diferenças quanto ao uso das vozes ativas e passivas, aproximando as conclusões alcançadas da caracterização da fala e da escrita. Neste momento, o professor fará uso de definições ^{gramaticais} retiradas da Gramática Lúcia, de Luiz Ricardo Lúcia, e de concepções sobre fala e escrita extraídas de *ler e compreender*, de Ingedore Koch e Vanda Elias. Nesse instante, os alunos deverão escrever um breve parágrafo de sistematização do conteúdo, ao fim de mais um tempo duplo.

A fim de verificar a aprendizagem, será solicitado aos



alunos um trabalho a ser realizado em trio, dentro do prazo de um mês. Eles deverão, com o auxílio das mídias digitais, produzir vídeos de dois a três minutos de duração, nos quais produzam uma resenha oral a respeito de Histórias cruzadas. Além disso, eles deverão relacionar o tópico resenhado a outra área do conhecimento, explorando uma série, um livro ou um acontecimento histórico - a ser definido com o professor. Para isso, os licenciandos não se dividirão pelos tópicos, a fim de tutorá-los. Essa atividade será avaliada tanto no processo quanto no produto apresentado.

Busca-se, neste planejamento, alcançar o objetivo geral de reconhecer como a oralidade e a escrita se utilizam das vozes ativa e passiva, sem estabelecer, entre elas, qualquer tipo de hierarquia. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: 1) distinguir e reconhecer interseções entre narração e argumentação; 2) promover um debate sobre racismo a partir das vivências dos alunos; 3) reconhecer o predomínio da voz ativa na oralidade e o da voz passiva na escrita; 4) identificar como as escolhas gramaticais dialogam com os princípios de textualidade; 5) expandir o letramento ao multiletramento, a partir do protagonismo que os alunos possuem quando se trata de mídias digitais.

A bibliografia utilizada para a elaboração deste planejamento corresponde aos seguintes livros e autores: Ler e Compreender, de Engedore Koch e Vanda Elias; Multiletramentos, de Roxana Kovara Rojo; Gramática crítica, de Luiz Ricardo Lúcio; Produção textual, análise de gêneros e compreensão, de Luiz Antônio Maraschi; e, por fim, O texto em sala de aula, de João Wanderley Geraldi. Além disso, as plataformas online Netflix, Adoro cinema e O ~~Globo~~ ^{Diá} também serviram de fonte.



Questão 2

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento norteador para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura no Brasil, preveem a obrigatoriedade de conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e de outras nações. Embora haja, hoje, um movimento importante de questionamento ao ensino tradicional de língua portuguesa, os anos de uma educação baseada em teorias tradicionais quanto à concepção de currículo — marcadas pelo princípio da eficiência atrelado à ilusão da existência de um único protótipo de didática — construíram no espaço escolar um local de seletividade. Nesse sentido, discutir a ^{diversidade} diversidade cultural quanto à concepção de currículo torna-se um movimento político que vai de encontro ao recorrente silenciamento dos alunos.

Sírio Posenti, no texto "Gramática e política", aproxima os fatos linguísticos dos fatos sociais, apontando que as línguas ligam-se estritamente a seus usuários e, portanto, variam, mudam. Essa definição, ainda que recorrente em discussões correlacionadas ao ensino de Língua Portuguesa, pouco ultrapassa o campo da teoria. Na prática, a língua ensinada em grande parte das escolas é, antes, prescritiva e normativa, estabelecendo poucas ou nenhuma ponte com os conhecimentos trazidos pelos discentes. O movimento de ~~desvalorização~~ desvalorização da gramática prescritiva e internalizada transforma o aluno em espectador, de modo que a consequência óbvia desse processo é o ^{seu} silenciamento.

Com os estudos realizados por Mikhail Bakhtin, sobretudo quanto ao aspecto dialógico contidos orais e escritos — em linhas gerais, a perspectiva de que o texto produzido, além de ter sido elaborado por e para alguém, ~~mas~~ é atravessado por heranças históricas e culturais —, passa-se do ensino centrado



na gramática para a inserção de atividades de oralidade, escrita e leitura, de produção ~~de~~ textual oral e escrita e de análise linguística. Nesse contexto, os alunos — e os textos produzidos por eles — são entendidos como seres que carregam consigo uma bagagem. É ela que garante ao espaço escolar a democratização prevista em lei, à medida que reconhece a importância da diversidade cultural.

A partir dessa perspectiva, não basta reconhecer a existência de uma herança quanto à cultura trazida pelos discentes. Mais do que isso, como aponta João Wanderley Geraldi em Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação, é fundamental produzir cultura. Nesse momento, o aluno deixa de ser espectador e se torna, então, autor e produtor de conhecimento. Para isso, o professor, assumindo o compromisso de ampliar a competência comunicativa do aluno, deve desenvolver tanto a oralidade quanto a escrita, compreendendo, com isso, que flexibilizar o currículo pode ser um ato de democratização da escola.

Quando Paulo Freire discute, em Pedagogia da autonomia, o ato de ensinar, o pedagogo enumera, como ^{algumas das} exigências, o respeito aos saberes dos alunos; o reconhecimento e a assunção da identidade cultural; o respeito à autonomia do ser educando. Ele entende, então, a educação como uma forma de intervenção no mundo. Em um cenário marcado pela diversidade cultural, o currículo de Língua Portuguesa e Literatura, no Brasil, não pode se esquivar de uma intervenção que respire a bagagem carregada pelos alunos. Isso significa dizer que a escola, além de sua função pedagógica, ~~ter~~ possui uma função política.

Repensar o ~~seu~~ currículo escolar levando em consideração a diversidade cultural não se limita, portanto, a



cumprir ~~como~~ com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Para além disso, adotar um currículo mais flexível é um ato político na tentativa de reverter o silenciamento dos alunos, herança de uma concepção tradicional e acústica de ensino. Se a escola tem como compromisso desenvolver a habilidade crítica dos alunos, é fundamental que não lhe falte, então, auto-crítica.

Questão 3

Tendo em vista o vínculo entre o Colégio de Aplicações e a universidade pública, esse tipo de escola assume como corresponsabilidade as tarefas de formação docente, pesquisa e extensão. Esses três compromissos, que não podem ser dissociados, constituem um diferente perfil associado ao Colégio de Aplicações. O papel do professor de Língua Portuguesa e Literatura quanto à prática da diversidade cultural por meio das práticas de oralidade e escrita torna-se fundamental para a formação dos licenciandos em Letras.

No texto intitulado "Ensinar Português?", Milton José de Almeida, já em teor interrogativo na construção do título, questiona a função da escola. Para o crítico, "a muitas vezes a escola esquece que a educação é um problema social e encara-o como problema pedagógico" (p.16). Quando se trata de um Colégio de Aplicações, essa confusão é ainda mais grave: o professor-regente não ensina — e aprende, obviamente —, apenas aos alunos. Ao ter que estabelecer diálogos com os licenciandos, esse professor deve considerar que esses também são seres carregados de bagagens histórico-culturais.

Para que esse intercâmbio de conhecimentos aconteça, é importante que o professor reconheça, junto aos licenciandos,



a inexistência de fórmulas e recituários para a realização do processo de ensino-aprendizagem, utilizando-se de forma mais produtiva dessa crise da didática, discutida por Libâneo, em *Didática*. É inatamente por isso que os currículos — tanto o previsto quanto o real — devem ser constantemente repensados a partir de contribuições oriundas de diálogos com os licenciandos. Com isso, os licenciandos não acabam sendo, ~~tam~~ assim como grande parte dos alunos, silenciados.

Além da participação nas atividades de planejamento, os licenciandos também contribuem com a prática cotidiana em sala de aula. Quando passam ao estágio de coparticipação, eles participam e exercitam ainda mais diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Alguns desses licenciandos ^{trazem} consigo uma perspectiva de ensino de Língua Portuguesa e Literatura centrada na gramática e normativa e na figura do professor. Nesse momento, o Colégio de Aplicação assume o compromisso político de formar professores comprometidos com a função democrática da escola.

Para esse tipo de formação docente, o compromisso central do professor deve ser o de desconstruir o "mito do monolinguismo da ~~língua~~ língua portuguesa". Marcos Bagno, em *O preconceito linguístico*, assinala a importância de assumir uma postura política em sala de aula. Para o teórico, a escola não ensina errado; ela ensina poucas formas. Em outras palavras, é preciso romper com a perspectiva de que existe apenas uma forma de usar a língua, ^{para} que a comunicação oral e escrita não seja mais uma forma de opressão. Se os licenciandos aprendem a acreditar no monolinguismo, eles se tornam porta-voz de preconceito e exclusão.

O papel do professor em um Colégio de Aplicações, portanto, não é apenas pedagógico, sendo, nesse sentido, ^{também} político. Só é possível romper com o ensino de Língua Portuguesa e Literatura que reproduz uma concepção tradicional de currículo a partir de uma contribuição crítica da licenciatura. Assim como o professor-regente não pode silenciar seus alunos, ele não pode, tampouco, silenciar os licenciandos. É reconhecendo os lugares de fala aos quais professores, licenciandos e alunos têm direito que o Colégio de Aplicações faz da formação docente um ato político; da pesquisa, um ato crítico; e da extensão, um ato de resistência.